

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Cineco de Março (Goiânia) Class.: 188

Data 6 de novembro de 1978 Pg.: \_\_\_\_\_

### O golpe da emancipação dos índios

A entrega ao presidente Ernesto Geisel, pelo ministro Rangel Reis, do Interior, de um ante-projeto de lei regulando a forma pela qual se dará a emancipação dos índios brasileiros, desencadeou em todo o país uma onda de protestos.

Entendem os indigenistas que a emancipação, em vez de benefício, é um mal para os índios, que perderiam a pouca e insuficiente proteção que lhes dá o governo através da Funai.

Mas o rabo desse gato parece ser, segundo denunciam os técnicos no assunto, um plano já antigo do ministro Rangel Reis de dar oportunidade às grandes empresas rurais, nacionais e estrangeiras, de legalizarem e completarem o esbulho que

já vêm fazendo das terras indígenas.

Realmente, mesmo estando teoricamente garantidas pela Constituição Federal, a partir do texto de 1932, as terras indígenas vêm sendo paulatina e progressivamente ocupadas, à medida que vão se valorizando.

Nem o fato de terem sido algumas dessas glebas definidas por decreto presidencial como áreas indígenas impediu a invasão.

Agora mesmo está em andamento um inquérito administrativo na Funai, presidido por um de seus diretores, coronel que já foi comandante da Polícia Militar de Goiás, justamente para apurar responsabilidades em torno de um dos maiores escândalos ocorridos nesta República: um grupo de grileiros conseguiu que o ministro Rangel Reis levasse ao Presidente Geisel uma minuta de decreto, que foi assinado, reduzindo a área anteriormente definida, também em decreto presidencial, como sendo o território tribal dos índios Xa-

vantes, do Posto Pimentel Barbosa, no Rio das Mortes. Mudando os nomes de córregos existentes na região e assim modificando as divisas originais, esses grileiros, com a conivência de servidores da Funai, roubaram aos xavantes mais de 10 mil alqueires de terras, as melhores da reserva.

Há algum tempo não se tem notícia do inquérito, que, apesar da reconhecida idoneidade do presidente, parece estar encontrando resistências em sua tramitação, já que alcança, de uma forma ou outra, o próprio ministro Rangel Reis, portador do decreto e, portanto, responsável pelo erro em que caiu o Presidente da República.

Com precedentes como esse, é natural que todos os que não desejam ver os índios brasileiros, já tão dizimados e perseguidos, completamente aniquilados, protestam contra a campanha cavilosa e insincera do ministro do Interior que, a pretexto de defender os «direitos humanos» dos índios quer deixá-los sem a proteção da Funai e sem suas terras.